

TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: PERCEPÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE 2017-2020 POR REGIÕES¹

Silvia Alves dos Santos ²

RESUMO

O presente estudo é parte de um projeto de pesquisa em andamento numa universidade pública paranaense em que se tem como objetivo analisar o trabalho docente no Brasil a partir da produção acadêmica do período de 2017-2020. O problema de pesquisa busca responder quais as políticas para o trabalho docente no Brasil incidem sobre a formação de novos profissionais. O estudo justifica-se pela relevância da temática num contexto em que se verifica um crescente movimento de precarização no mundo do trabalho e, considerando esse contexto, uma perspectiva de desmotivação para a docência com pesquisas indicando um apagão na formação de novos professores. Nossa intenção com esse estudo é contribuir para demonstrar como a temática do trabalho docente, sob o viés da política educacional, aparece na produção acadêmica nas regiões do Brasil e como isso contribui para a formação de novos quadros profissionais para a docência. A metodologia se deu através de pesquisa bibliográfica. Os procedimentos de pesquisa se organizaram a partir de coleta de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando o descritor “trabalho docente” com filtros para Ciências Humanas, área Educação, instituições públicas, programas de pós-graduação em Educação. Além disso, observaram-se os resumos e as palavras chaves para identificar se a Tese/Dissertação contemplava elementos de políticas educacionais. O método proposto para análise é o materialismo histórico-dialético que nos permite compreender as particularidades do fenômeno a partir de relações mais amplas em que se insere a produção acadêmica. As conclusões ainda incipientes, demonstram que a temática carece de mais pesquisas e que há uma carência maior em situar o trabalho docente a partir das reconfigurações contemporâneas de organização e de regulação do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Docente; Educação; Precarização; Política Educacional; Capes.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o trabalho docente é parte de pesquisas realizadas em várias áreas do conhecimento, entretanto, é no campo da educação que este tema vem sendo ampliado.

Pudemos observar que na segunda metade dos anos 2000, vivenciamos um avanço tecnológico estrondoso do ponto de vista da comunicação, por meio do uso da informática,

¹ O estudo é parte dos resultados de um projeto de pesquisa em andamento na Universidade Estadual de Londrina – Paraná.

² Doutora pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora no Departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação strictu sensu em Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL – sillalves@uel.br;





além disso, tal avanço reivindicou novas relações de trabalho que implicaram exigências de domínio dessa tecnologia para inserir-se ou manter-se no mercado de trabalho, que agora se apresenta cada vez mais globalizado (ANTUNES, 2020).

As transformações ocorridas nas políticas educacionais voltadas ao trabalho docente desde então, representaram a tradução insidiosa do novo paradigma produtivo afiançado pelo atual estágio do capitalismo. Mais do que simples alterações nas políticas públicas orientadas pelo Estado reformado, as reações a essas políticas é que nos trazem preocupação, porque provocaram uma onda de reorganização na gestão do trabalho docente.

Essas transformações no mundo do trabalho, resultam do avanço do regime de predominância financeira, que continua tendo a extração da mais-valia como a força motriz do modo de produção capitalista. Em outras palavras, também o trabalho docente se tornou parte de um movimento crescente de precarização, fragmentação e complexificação. Parte desse processo manifesta-se por meio de índices alarmantes de desemprego; de empregos informais, sem a garantia dos direitos sociais trabalhistas; de condições de trabalho aviltadas por baixos salários; de contratos temporários e /ou terceirizados; e de adoecimentos expressos sob diversas formas de doenças, de vulnerabilidades sociais diversas. No universo dessa sociabilidade contemporânea, o capital e suas leis necessitam cada vez mais de formas diferenciadas de trabalho, de preferência: terceirizado e intensificado em seus compassos e técnicas (ANTUNES, 2020).

É diante desse cenário que nosso objeto de estudo se justifica e se faz necessário, tendo como questão orientadora compreender as políticas, as tendências para o trabalho docente no Brasil a partir da produção acadêmica de Teses e Dissertações no quadriênio de 2017-2020 no Brasil. A justificativa trata-se da necessidade de sistematizar elementos e análises recentes sobre a produção acadêmica que envolve o trabalho docente e as repercussões diversas que esta temática pode desencadear para a profissão professor. Esse estudo se mostra relevante pela necessidade, ainda, de sistematizar dados, situações, contextos e perspectivas de pesquisas que envolvem o trabalho docente.

O objetivo central desse estudo é analisar a produção acadêmica sobre o trabalho docente no Brasil no período delimitado da pesquisa e buscar entender as tendências e repercussões que envolvem esse debate.

Do ponto de vista da legislação, podemos citar a Lei n. 13.467/2017, lei da Reforma Trabalhista, aprovada ainda no governo de Michel Temer e que teve suas repercussões no governo de Jair Bolsonaro, como uma das legislações que mais afetou o trabalhador nos últimos dez anos no Brasil (Brasil, 2017) e consequentemente abriu caminhos para a





aprovação da Reforma da Previdência em 2019. Esta reforma trouxe sérias consequências aos trabalhadores de modo geral, e ao trabalho docente, de modo particular que vão desde trabalhar de 5 a 10 anos a mais do que se estava prevendo, além da questão dos descontos previdenciários com alíquota descabível para quem já contribuiu uma vida de dedicação a educação pública do país. Observou-se que após essas reformas, parte das repercussões sociais estão o aumento significativo da informalidade e dos contratos flexíveis e precarizados (GALVÃO, KREIN, BIANVASCHI, TEIXEIRA, 2017).

Por se tratar de um projeto ainda em andamento, até o momento, os trabalhos acadêmicos levantados têm indicado uma íntima relação das reformas educacionais, trabalhista e previdenciária e do papel do Estado nas mudanças que envolvem o trabalho docente, no entanto, é preciso compreender que a execução de um projeto educativo que passa pelo docente, não acontece sem resistências ou consentimentos. Para tanto será necessário o aprofundamento teórico da bibliografia disponível sobre o tema para nos auxiliar na compreensão de como essa temática vem sendo abordada na produção acadêmica e quais as repercussões para a formação de novos quadros da profissão professor.

METODOLOGIA

A metodologia para esse estudo pautou-se em pesquisa bibliográfica e documental a partir do método do materialismo histórico-dialético. Evangelista e Shiroma (2019) nos auxilia na compreensão que a pesquisa bibliográfica:

por seu intermédio, acendemos a essa forma de saber acumulado, o que nos permite realizar estudos sobre um tema; verificar o que dele é sabido; identificar as polêmicas que o cercam; perceber as lacunas a preencher; se há novas formas de se pensar sobre ele. Se esse procedimento podemos denominar formalmente de revisão bibliográfica ou balanço de literatura, ele é mais do que isso, pois se trata de um diálogo fecundo com as explicações oferecidas ao mesmo fenômeno (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019, p. 2-3).

Masson (2012) nos possibilita entender que o método adotado tem por primícia apreender o objeto de estudo a partir de suas conexões com diferentes correlações de forças no campo das políticas educacionais e do mundo do trabalho. Nesse sentido Frigotto (2001) nos apresenta que:

[...] o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. Nesse sentido, ao fazermos uso do materialismo histórico-dialético, entendemos que, a realidade não é neutra, ela parte de uma análise contraditória das condições sociais, como responsável pelo desenvolvimento histórico da sociedade, bem como do conceito de totalidade, como uma unidade dialética entre o singular, o particular e o universal, da reprodução social como forma de mediação entre





estrutura e superestrutura, e principalmente das disputas pela hegemonia nas esferas culturais, políticas e ideológicas (FRIGOTTO, 2001, p. 77).

A partir da pesquisa bibliográfica procedemos o levantamento da produção com o recorte temporal delimitado para o quadrienio de 2017-2020. Como procedimentos de pesquisa, utilizamos como base de dados o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando o descritor trabalho docente nos títulos. Fizemos a indicação de alguns filtros para delimitar o objeto, dentre eles: área da Educação, programas de pós-graduação em Educação, Área de avaliação Educação, instituições públicas, regiões do país. A partir desses filtros realizamos a leitura dos resumos e das palavras-chaves para delimitar os trabalhos apenas no âmbito das políticas educacionais. O critério que se sobressaiu para a leitura dos resumos foi a observância se a produção se inseria nos estudos sobre política educacional ou se traziam elementos desse campo. O intuito de utilizar a base de dados do Catálogo se mostrou importante para termos um parâmetro do que tem sido produzido sobre o trabalho docente no Brasil e como isso pode afetar a formação de novos professores e as condições de trabalho que envolve essa profissão. A análise nos permitiu situar criticamente o trabalho docente a partir de suas múltiplas conexões com o contexto político e econômico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente o trabalho era compreendido como uma atividade objetiva de subsistência, de produção da vida humana. Partimos da concepção que compreende o trabalho como uma ação do homem na transformação da natureza para sua sobrevivência e seu processo de humanização (SAVIANI, 2005). No entanto, com a evolução do modo de produção capitalista e a organização social do trabalho, a subjetividade do trabalhador passou a ser um elemento passível de ser transformada em uma forma de aumentar a produtividade e a conexão do trabalhador com a empresa (ANTUNES, 2020).

Ao compreendermos o trabalho como um processo educativo, observamos seu caráter formativo, pois, por meio dele, o homem age sobre a natureza, transformando-a e produzindo sua existência, alçando à condição de ser genérico. Esse trabalho torna-se, portanto,

(...) a objetivação da vida genérica do homem: quando se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele (MARX, 2008, p.85).

Desde a Revolução Industrial a humanidade introduziu inovações técnicas na





produção que aceleraram o processo de separação entre o trabalhador e os instrumentos do trabalho. As máquinas mais caras ficaram acessíveis somente aos mais ricos. Os artesãos isolados não podiam competir com o dinamismo das nascentes industriais, com isso, multiplicou-se o número de operários, isto é, trabalhadores livres expropriados (MARX, 2004, p. 08).

Marx, nos mostra que sob a égide do capitalismo os homens não são essencialmente livres. São produtos da desigualdade provocada pelas relações de produção do sistema capitalista, as quais dividem os homens em proprietários e não-proprietários dos meios de produção. A desigualdade é a base da formação das classes sociais.

É preciso observar que (...) O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade (MARX, 2004, p.25).

O capitalista historicamente deseja preservar a propriedade dos meios de produção e dos produtos e a exploração do trabalho operário, seja na redução de salários ou ampliando a jornada de trabalho. O trabalhador, por sua vez, procura diminuir a exploração ao lutar por menor jornada de trabalho, melhores salários. Assim, existem proprietários porque há uma massa de despossuídos cuja única propriedade é a sua força de trabalho, que precisam vender para assegurar a sobrevivência. A história do homem, segundo Marx, “*é a história da luta de classes, uma luta constante entre interesses opostos, embora nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de guerra declarada*” (TRONTI, 1976, p. 218).

O capitalista compra trabalho deles (operários) com dinheiro. Estes vendem-lhe o seu trabalho a troco de dinheiro. Mas só na aparência é que isto se passa. Na realidade, o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro, é a sua força de trabalho. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês, etc. E depois de a ter comprado, utiliza-a fazendo trabalhar os operários durante o tempo estipulado (MARX, 2004, p. 09).

Nesse contexto de compra e venda da força de trabalho nos deparamos com as condições de trabalho nem sempre condizentes para a execução de uma atividade que visa a formação humana integral. A precarização está posta muito mais como um processo histórico da desumanização do homem no trabalho do que, propriamente, os aviltamentos decorrentes dessa desumanização.

O debate em torno da precarização do trabalho requer antes a sua compreensão conceitual. À luz da teoria marxista, Alves (2007) sintetiza o conceito de precarização ao afirmar:





A precarização é um processo social de conteúdo histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado. (...) A precarização possui um significado concreto: ela atinge o núcleo organizado do mundo do trabalho que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma de controle sobre suas condições de existência através de mediações jurídico-políticas. (...) A precarização atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da “flexibilização do trabalho”, sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado (ALVES, 2007, p.115).

A precarização que atinge o mundo do trabalho mostra-nos que o sócio metabolismo do capital em sua atual etapa de acumulação flexível espolia os trabalhadores assalariados de modo subumano, ao retirar-lhes direitos trabalhistas como conquistas históricas bem como empreende no ambiente de trabalho formas de precariedade que impedem ou dificultam a realização de suas atividades laborais (ALVES, 2007).

As mudanças no mundo do trabalho, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho docente, internalizaram as contradições inerentes ao modelo econômico capitalista. Tais mudanças imprimiram no cotidiano dos sujeitos, nas escolas e universidades, um modo de vida e produção mais competitivo para se adequarem à lógica de produtividade e competitividade, que requer mais produtos e mais qualidade em menor tempo. Esse processo, ao repercutir no trabalho compromete significativamente o tempo livre dos sujeitos. Lamentavelmente, nos finais de semana, as atividades de lazer passam a ser ameaçadas pelo tempo exíguo do descanso. (ALVES, 2007).

A hegemonia do tempo econômico em detrimento do tempo livre parece-nos dizer que a dinâmica do capitalismo requer, a cada dia, um trabalhador orientado pela racionalidade mercantil, capaz de incorporar essa racionalidade em outros ambientes além do trabalho, privando, inclusive aqueles que desenvolvem o trabalho intelectual, de vivenciar o sentido criador do trabalho, ou seja, a capacidade de humanizar-se por meio dessa atividade e ter a oportunidade de viver um tempo verdadeiramente livre fora do ambiente de trabalho.

Na sociedade capitalista, o trabalhador deixa de produzir para atender suas necessidades e passa a vender sua força de trabalho como mercadoria para garantir a sua subsistência. Antunes e Alves (2004) salientam que “*compreender [...] a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção*” (p.343).

O debate sobre o trabalho docente e as repercussões sobre as tendências da produção acadêmica a partir do período delimitado na pesquisa nos mostraram que, grande parte da





sistematização em torno dessa temática, observando o campo da política educacional, tem evidenciado uma preocupação dos pesquisadores com elementos voltados a: precarização, intensificação do trabalho, condições de trabalho precarizadas e flexibilizadas, contratos diversificados e flexíveis que influem na carreira, carreira desvalorizada com baixos salários ou mesmo inexistência de carreira estruturada, saúde do docente trabalhador e adoecimento docente, falta de motivação para a docência em razão desses elementos desmotivadores, enfim, são nuances das pesquisas apontadas em todas as regiões do país quando o tema é o trabalho docente.

Essa situação nos mostra que o fenômeno de olhar para o trabalho docente, olhar para o trabalho especialmente do professor da escola/universidade pública tem entrado na pauta do debate acadêmico por meio das Teses e Dissertações na Área da Educação, ainda que em número pequeno se comparado a uma perspectiva de análise mais micro, de sala de aula, onde observa-se um quantitativo maior.

Os nossos filtros utilizados e refinados para o campo da política educacional, nos mostra que esse debate precisa ser ampliado e precisa ser trazido com urgência para os espaços educativos, de modo a deixar cada vez mais transparente a luta e a resistência docente em busca de valorização e melhor qualidade na oferta da educação escolar, tomando a escolarização não apenas como serviço, mas sim como direito de todos e, para isso a necessidade de um professor que esteja motivado, objetivamente nas suas condições materiais de sobrevivência e daquelas que são intrínsecas ao processo educativo no interior das escolas e universidades públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa proposta de estudo era levantar dados sobre a produção acadêmica sobre o trabalho docente no Brasil, no período de 2017-2020, no intuito de entender como esses números podem indicar tendências de pesquisas e elementos contributivos para a formação de professores ou se indicam de fato um processo crescente de desmotivação para a docência, especialmente, ao analisar elementos que evidenciam a precarização do trabalho docente como algo que desestimula a escolha pela profissão professor.

Quando fizemos a primeira busca, sem organizar critérios e nem filtros para a pesquisa, tomamos apenas o descritor “trabalho docente” o cenário mostrava-nos 18.703 resultados. Desse número, delimitamos apenas Dissertações e Teses e então tivemos: 11.472 Dissertações, 3.688 Teses. Optamos por fazer refinamentos, delimitando a busca a partir de





filtros que compreendem a grande área de conhecimento: Ciências Humanas; Área: Educação; Área avaliação: Educação; Área de concentração: Educação; Programa: Educação e instituições públicas.

A partir desses filtros realizamos a leitura dos resumos e das palavras-chaves para delimitar os trabalhos apenas no campo da política educacional. O critério que se sobressaiu para a leitura dos resumos foi a observância se a produção se inseria nos estudos sobre política educacional ou se traziam elementos desse campo. Isso nos mostrava que esta temática seria um objeto que apontava necessidades de estudos porque nem toda essa produção se concentrava no campo da política educacional, seria preciso fazer uma incursão nos resumos para identificar os elementos de discussão que permeia as pesquisas sobre políticas educacionais que abordam a temática do trabalho docente.

Muitos dos trabalhos advindos nos filtros estavam inseridos em uma concepção de trabalho docente apenas como uma dimensão pedagógica, no interior das salas de aula e poucos na dimensão histórica, econômica e política desse objeto.

O levantamento de dados a partir dos filtros utilizados, nos permitiu compreender que o trabalho docente é uma temática relevante de pesquisa, mas que em muitas delas, ele ainda se circunscreve a uma dimensão da prática do professor em sala de aula, e nossa proposta foi justamente observar qual é a produção acadêmica no país sobre o trabalho docente que envolve uma discussão da sua dimensão histórica, política, econômica e seus impactos para a formação de novos quadros de professores. A delimitação por regiões nos deu uma dimensão das fragilidades e das potencialidades desse objeto de pesquisa, nos apontando, a necessidade em dar continuidade ao estudo para outros quadriênios. Da coleta realizada, dispomos na sequência alguns dados quantitativos, a princípio, que consideramos importantes como ponto de partida para as análises posteriores.

Na região Sul tivemos 56 dissertações defendidas no período delimitado. Dessas, com os filtros aplicados apenas 18 dissertações envolviam a temática do trabalho docente no título, a partir dos pressupostos do campo da política educacional, sendo em 2017: 7; em 2018: 6; em 2019: 2 e em 2020: 3. Dessas, apenas 2 no Paraná, 5 em Santa Catarina e 7 no Rio Grande do Sul. No que diz respeito as Teses utilizando os mesmos filtros, obtivemos um total de 296 teses defendidas. Dessas, apenas 12 com o descritor no título, no entanto inseridas no campo da política educacional obtivemos apenas 8, sendo 1 no Paraná, 3 em Santa Catarina e 4 no Rio Grande do Sul.

Na região Norte observamos nesse período um número de 106 Dissertações defendidas. Com o descritor e os filtros aplicados, tivemos 6 Dissertações, sendo 4 em 2017 e 2 em 2018.





Dessas, tivemos 3 no Acre, 1 no Amazonas, 1 no Pará e 1 em Roraima. Ainda nesta região, tivemos um total de 26 Teses defendidas. Dessas, apenas 9 com o descritor, 2 no Amazonas e 7 no Pará. Cabe um destaque nessa região, em específico para a Universidade Federal do Pará em que há a prevalência de pesquisadores do programa de pós-graduação em Educação vinculados à Rede Universitas³ com forte impacto na produção de pesquisas sobre o trabalho docente.

Na região Centro-oeste observamos que, com os filtros aplicados, tivemos 2 Dissertações, sendo as 2 defendidas na Universidade de Brasília. Nesta mesma região, tivemos 6 Teses, sendo 1 na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e 5 na Universidade de Brasília no Distrito Federal.

Na região Nordeste com os filtros aplicados e o descritor no título, tivemos 8 resultados para Dissertações, sendo em 2017: 0; em 2018: 3; em 2019: 3 e em 2020: 2. Dessas, 5 foram no estado da Bahia, 2 na Paraíba e 1 no Piauí. No que diz respeito ao levantamento sobre as Teses na região Nordeste que trata da temática do trabalho docente. Utilizando os mesmos filtros obtivemos 1 resultado. Essa tese foi defendida na Universidade Federal de Sergipe.

Na região Sudeste com os filtros aplicados, tivemos 118 resultados para a região, no entanto, com o descritor no título tivemos apenas 15 Dissertações. Em 2017: 4; em 2018: 4; em 2019: 5 e em 2020: 2. Destas, 9 defendidas no estado de São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 4 em Minas Gerais.

Os resultados obtidos desse estudo nos possibilitaram um panorama da produção acadêmica sobre o trabalho docente nos programas de pós-graduação em Educação das instituições públicas no Brasil, nos revelando que se trata de uma temática ainda em carência de pesquisas, mas que tem se destacado nos últimos anos e se revelado como objeto de pesquisas tanto em dissertações como em teses.

Em partes, compreendemos que esse fenômeno se dá em razão das mudanças no mundo do trabalho que vivenciamos no Brasil a partir de processos reformistas entre 2017 e 2020 que impactaram novas formas de gestão do trabalho nas escolas e universidades, engendrando novas relações de trabalho e mudanças na sua execução (Previtali, 2022). Além disso,

³ A Rede Universitas/Br caracteriza-se como uma rede acadêmica que conta com pesquisadores de Universidades e de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) de todas as regiões do país, visando à pesquisa e à interlocução entre pares que têm em comum a área do conhecimento “Políticas de Educação Superior”. A Rede congrega pesquisadores do Grupo de Trabalho (GT 11) – Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e de várias IES do país. A Rede nasceu e se estruturou desde o início dos anos 1990 a partir de projetos acadêmicos de pesquisa integrados, o que tem resultado em seminários, publicações coletivas, formação de grupos, núcleos e diretórios de pesquisa, constituição de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e formação de estudantes no âmbito da iniciação científica e dos cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado diretamente ligados aos pesquisadores da Rede. Para maiores informações: http://www.redeuniversitas.com.br/p/rede-universitas_22.html





entendemos que esses dados nos proporciona uma reflexão sobre a formação de novos professores, evidenciando que as condições de trabalho precarizadas, a carreira sucateada e a falta de políticas públicas de financiamento para a educação, condizentes com um projeto educativo comprometido com a sociedade, podem ser um dos elementos que afastam a escolha da profissão professor como opção, corroborando para pesquisas que tem demonstrado que o Brasil em breve sofrerá um apagão docente.

Os dados levantados, tanto nas Dissertações quanto nas Teses, nos mostram que o campo da política educacional vem crescendo nas pesquisas e abriga o debate sobre o trabalho docente nas suas relações políticas, econômicas e sociais e nos abre caminhos para a continuidade de novas pesquisas com um caráter de denúncias, resistências e lutas que essa categoria docente vivencia para se manter no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações construídas pela sociedade capitalista contemporânea, ao intensificar e flexibilizar o trabalho, evidenciam que as condições objetivas para o desenvolvimento do trabalho de ensino nas escolas e universidades públicas, encontram-se atreladas aos processos sociais de valorização do capital que, ao invés de contribuir para a emancipação do homem pela apropriação da cultura produzida historicamente através do trabalho, acabam por engendrar a negação da essência humana, corroborando com atividades orientadas por práticas que privilegiam ações individualizadas e competitivas entre os indivíduos.

Os estudos e pesquisas sobre as relações de precarização do e no trabalho, no campo da educação, são extensos. Uma parte dos estudos consultados mostram implicações da precarização na saúde do professor, com grande ênfase para problemas emocionais. Os estudos permitem supor, ainda, que os professores, ao sofrer as determinações econômicas decorrentes da desvalorização social da profissão, ainda precisam conviver com condições salarial e de trabalho inadequadas, muitas vezes, até insalubres.

Diante do quadro de sucateamento da educação pública, materializado nas condições de desvalorização do papel social da escola e do professor, conseqüentemente, observamos que as iniciativas de valorização docente, propostas pelas políticas educacionais neoliberais vigentes, têm produzido discursos e ações de espetacularização em relação ao ensino. Tal encaminhamento, gera nos professores, expectativas de que para corresponder às exigências dessas políticas, precisam trabalhar mais, precisam mostrar resultados espetaculares, precisam





se engajar, inclusive com o uso de plataformas digitais ou mesmo via o próprio aparelho de celular.

Observamos nos autores estudados e no levantamento de dados que, as expectativas de valorização da profissão têm passado pela via dos resultados, de resultados que nem sempre são produzidos em contexto adequados e condizentes com uma perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Isso significa que a produção acadêmica sobre trabalho docente no Brasil, ainda carece de políticas públicas que levem em consideração não somente o retorno performático do desempenho docente e do seu engajamento no ambiente de trabalho, mas, especialmente, condições objetivas que o professor tem para responder com qualidade sua função social.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial aos estudantes vinculados ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Educacionais e Formação Humana (GPTRAPEFORM) pelo trabalho de coleta de dados. São eles: Janaina A. Andrade, Naji S. Nabut, Thayara K. G. Derré, William Kodama e Flávio Zaparolli.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O Privilégio da Servidão. São Paulo: Boitempo. 2020.

ANTUNES, R.; ALVES, G.. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do Capital. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ALVES, G. Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Editora Práxis, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm .

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E.. O caráter histórico da pesquisa em educação. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.], v. 4, p. 1–14, 2019. DOI: 10.5212/retepe.v.4.020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14567> .

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2001.





GALVÃO; KREIN; BIANVASCHI; TEIXEIRA; A reforma trabalhista e seus prováveis impactos. Carta Social e do Trabalho, Campinas, n. 35, p. 01-18, jan./jun. 2017.

MARX, K.. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. 2. ed. São Paulo, SP. Boitempo, 2008. p. 79-90.

MARX, K.. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 149, p. 2004.

MASSON, G.. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. Seminário de Pesquisa na região Sul. Caxias do Sul, 2012.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C.. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. R. Katálisis., Florianópolis, v.25, n. 1, p. 156-165, jan./abr. 2022.

SAVIANI, D.. Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 2005.

TRONTI, M.. Operários e Capital. São Paulo: Ebradil, 355 p., 1976.

